

Comportamento do cidadão tem um “impacto a jusante” que se reflete nos resultados de gestão dos REEE

13 de Outubro, 2021

“Em 2007, eram vendidos a nível mundial 120 milhões de *smartphones* por ano. Hoje, são vendidas 1500 milhões de unidades por ano. Se multiplicarmos esta evolução por toda uma gama de equipamentos elétricos e eletrónicos não é de admirar que o fluxo desses resíduos seja o que apresenta maior crescimento a nível mundial”. Este foi o ponto de partida para **Inês dos Santos Costa**, secretária de Estado do Ambiente, constatar que “se tudo se mantiver, em 2030, iremos atingir os 175 milhões de toneladas todos os anos”. A este crescimento, acresce que se trata de um “fluxo de resíduos” que contém “componentes perigosos” pelo que “um tratamento e encaminhamento incorreto gera impactos negativos para o ambiente e para a saúde humana”, alerta.

A governante falou esta terça-feira, dia 13 de outubro, na sessão de abertura, da apresentação da [Campanha Nacional de Fiscalização de Resíduos de Equipamentos de Elétricos e Eletrónicos \(REEE\)](#). A iniciativa, promovida pelas três entidades gestoras deste fluxo de resíduos – Electrão, ERP Portugal e E-cycle, é apresentada na véspera do Dia Internacional dos Resíduos Elétricos, que se assinala a 14 de outubro.

Inês Costa não deixou de sublinhar as oportunidades que os equipamentos elétricos e eletrónicos acarretam: “Se reparar e prolongar a vida útil do equipamento reduz para metade o seu impacto de CO2 é de facto imprescindível atuar através de todo o sistema de valor: desde a conceção, produção, venda, utilização, reparação, remanufatura e reciclagem”. E as “metas ambiciosas” de recolha e reciclagem de REEE impostas pela Diretiva Europeia, assim como a “alteração da legislação nacional”, que inclui várias medidas para assegurar um elevado nível de recolha seletiva e tratamento, obrigam a uma “operacionalização” e a uma “fiscalização”, desde a colocação no mercado até à gestão dos resíduos e dos seus componentes: “São necessárias várias medidas que, conjugadas, possam trabalhar no sentido de reter o máximo possível do valor do equipamento e, quando o mesmo chega ao final da sua vida ser devidamente encaminhado para a reciclagem e, que tal, seja feito cumprindo regras e gerando valor”, afirma.

Neste contexto, Inês Costa lembra que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática colocou em marcha um Plano de Ação (segundo ano de execução) que atua em várias frentes, desde a legislação, fiscalização ou sensibilização e comunicação: “98% das ações do Plano já estão executadas ou em curso”. Trata-se, por isso, de um caminho que se “estende” e se “aplica” desde a “extração” até ao “fim de vida”, afinca.

Já sobre o comportamento do cidadão, a secretária de Estado do Ambiente é perentória: “(O cidadão) não está na mesa do decisor, mas está presente no momento da compra, no momento do uso (facilidade de reparação) e no fim de

vida do aparelho”. Logo: “O (seu) comportamento tem um impacto a jusante na preservação da saúde pública e ambiental, que, também, se reflete nos resultados de gestão do REEE, sobretudo nos pequenos equipamentos”, acrescenta.

Apesar da rede de recolha ter evoluído – há mais de 10 mil locais em todo o território nacional e um ponto de recolha a cada mil habitantes, onde os REEE podem ser entregues de forma gratuita – Inês Costa reconhece que existe “falta de conhecimento de onde e como deixar” estes equipamentos usados: “Precisamos de maior eficácia na informação ao consumidor, sensibilizar para importância da sua ação individual a par da sua ação coletiva ou empresarial”.

Mesmo que a Campanha Nacional de Fiscalização não tenha a ambição de tornar a “ação cidadã ecologicamente perfeita”, a governante acredita que a mesma “vai ajudar nas respostas que são precisas para fazer a diferença pela nossa saúde, da nossa família e do lugar onde vivemos, mesmo quando somos imperfeitos”.